

## Sumário

Sumário .....	1
1. Introdução .....	1
2. Recorte Espacial.....	2
3. Relação Cronológica dos Eventos Realizados .....	2
3.1. Etapa 1 – Estruturação e Planejamento .....	3
3.2 Etapa 2 – Inserção Comunitária .....	3
3.2.1 Visitas Exploratórias, Articulação Institucional e Mobilização Social .....	4
3.2.2 Reuniões de Retomada (RR) .....	6
3.3 Etapa 3 – Ações Formativas Estruturantes (AFEs) .....	9
3.4 Etapa 7- Formação Permanente da Equipe.....	11
3.4.1 Oficina de Alinhamento Conceitual .....	12
3.4.2 Oficina de Preparação para o Campo .....	13
3.4.3 I Encontro de Integração PIPP Manati – Socializando Boas Práticas .....	14
3.4.4 Oficinas de Formação Permanente da Equipe.....	15
3.5 Etapa 8 - Consolidação e Divulgação das Informações .....	17
4. Análise Sucinta do Desenvolvimento do PEA-BG .....	18
4.1 Resultados alcançados.....	18
5. Limitações, dificuldades e pontos de melhorias.....	20
6. Execução Físico-Financeira .....	23
7. Considerações Finais.....	23
8. Responsáveis pelo Projeto.....	24
8.1 Equipe coordenadora da execução e responsável por este relatório.....	24
8.2. Responsável pela execução do Projeto.....	25
9. Anexos.....	25

## 1. Introdução

Neste Relatório Anual, que compreende o período de 02 de maio de 2019 a 03 de abril de 2020, estão descritas as atividades referentes à implantação do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG), condicionante de mitigação do processo de licenciamento ambiental federal, exigido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O PEA-BG integra o Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PEA-Rio - 4ª Região) e se situa na Linha de Ação A – Organização Comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental.

As licenças e respectivos empreendimentos que determinam o desenvolvimento do PEA-BG são os seguintes: RLO 941/2010: Polo Uruguá - FPSO Cidade de Santos (Uruguá-Tambaú); RLO 963/2010: Piloto de Lula - FPSO Cidade de Angra dos Reis; LO 999/2011: Mexilhão - PMXL-1; LO 1006/2011: AGBS; LP 439/2012: Etapa 1; LI 903/2012 e LO 1120/2012: Piloto de Sapinhoá - FPSO Cidade de S.Paulo (Etapa 1); LO 1124/2013: DP Baúna e Piracaba - FPSO Cidade de Itajaí; LI 922/2013 e LO 1157/2013: Piloto de Lula Nordeste - FPSO Cidade de Paraty (Etapa 1); LI 1002/2014 e LO 1263/2014: DP Iracema Sul - FPSO Cid. Mangaratiba (Etapa 1); LP 491/2014: Etapa 2; LI 1023/2014 e LO 1274/2014: DP Sapinhoá Norte - FPSO Cid. de Ilhabela (Etapa 2); LI 1056/2015 e LO 1307/2015 FPSO: DP Iracema Norte - Cid. Itaguaí (Etapa 2); LI 1079/2015 e LO 1327/2016: DP Lula Alto FPSO Cid. de Maricá (Etapa 2); LI 1091/2015: Trechos rígidos dos gasodutos de Lula Extremo Sul, Lula Norte e Lula Sul (Etapa 2); LI 1092/2015 e LO 1330/2016: TLD NE Tupi (SPA Sépia) FPSO Cid. De São Vicente (Etapa 2); LO 1318/2015: TLD Franco SW (SPA Búzios 2) FPWSO Dynamic Producer (Etapa 2); LO 1326/2016: Gasoduto Lula NE-Iracema (Etapa 1); LI 1099/2016 e LO 1341/2016: DP Lula Central - FPSO Cidade de Saquarema (Etapa 2); LI 1113/2016 e LO 1348/2016: DP Lapa Nordeste - FPSO Cidade de Caraguatatuba (Etapa 2); LI 1124/2016 Gasoduto Lula Norte - Franco Noroeste (trecho profundo Rota 3); LO 1342/2016: TLD Franco Leste (SPA Búzios 4) FPWSO Dynamic Producer (Etapa 2); LI 1131/2016: TLD Florim (SPA Itapu - poço 1-RJS-704) - FPSO BW Cidade de São Vicente; LI 1139/2016: DP Lula Sul - FPSO P-66 (Etapa 2); LO 1324/2016: Gasoduto Rota 2 (Cabiúnas); LO 1370/2017: TLD Florim (SPA Itapu - poço 1-RJS-704) - FPSO BW Cidade de São Vicente; LP 539/2016: Teste de Longa Duração e Sistemas de Produção Antecipada de Libra; LI 1148/2017: Teste de Longa Duração de Libra - FPSO

Pioneiro de Libra; LO 1387/2017: DP Lula Sul - FPSO P-66 (Etapa 2); LI 1167/2017: DP Lula Norte - FPSO P-67 (Etapa 2); LI 1168/2017: Gasoduto Búzios 1 (Etapa 2); LO 1397/2017: Teste de Longa Duração de Libra - FPSO Pioneiro de Libra; LI 1177/2017: SPA de Sururu - FPSO Cidade de São Vicente (Etapa 1); LI 1185/2017: DP Lula Extremo Sul - FPSO P-69 (Etapa 2); LI 1188/2017: DP de Búzios 1 - FPSO P-74 (Etapa 2); LI 1192/2017: DP de Búzios 2 - FPSO P-75 (Etapa 2); LI 1193/2017: DP de Búzios 3 - FPSO P-76 (Etapa 2).

## 2. Recorte Espacial

O PEA-BG tem como sujeitos prioritários 19 comunidades tradicionais de pesca artesanal atuantes na Baía de Guanabara, localizadas em 4 municípios do estado, conforme o **Quadro 1**, definidas a partir do DP.

**Quadro 1. Comunidades de abrangência do PEA-BG**

Município	Comunidade
Rio de Janeiro (Ilha do Governador)	Tubiacanga
	Região da Freguesia/Praia da Guanabara
	Bancários/Praia das Pelônias/INPS
	Cocotá
	Jequiá
Rio de Janeiro (Ilha de Paquetá)	Ilha de Paquetá
Magé	Anil
	Olaria
	Mauá
	São Francisco da Coroa
	Coroa de São Lourenço
	Piedade
	Barbuda
	Canal
Suruí	
Itaboraí	Itambi
Niterói	Chacrinha
	Largo do Sol/Praça do Sol
	Chatão/D. Zenaide

## 3. Relação Cronológica dos Eventos Realizados

Conforme o Plano de Trabalho do PEA-BG, a execução da Fase 1 prevê a realização de oito etapas. Neste primeiro ano de atuação, foram executadas todas as atividades previstas

referentes às seguintes Etapas: Etapa 1 – Estruturação e Planejamento e Etapa 2 – Inserção Comunitária. Foram iniciadas as atividades da Etapa 3 – Ações Formativas Estruturantes (AFEs) e as atividades transversais (Etapas 7 e 8), que compreendem a Formação Permanente da Equipe Executora, bem como as de sistematização, avaliação e divulgação do Projeto.

Destaca-se, porém, que algumas atividades iniciadas nas Etapas 1 e 2, como as Visitas Exploratórias, Articulação Institucional e Mobilização Comunitária serão realizadas durante todo o Projeto, não se limitando ao período previsto no cronograma de atividades do PEA-BG (Anexo I), por serem ações permanentes que variam conforme cada localidade e/ou atividades previstas, não tendo prazo específico de realização, com início e término definidos. Enquanto, os demais dados referentes às atividades realizadas, por município / localidades e atividades da equipe se apresentam de forma detalhada na planilha de atividades realizadas (Anexo I).

### **3.1. Etapa 1 – Estruturação e Planejamento**

Realizada no período de abril a julho de 2019, as atividades de implementação do PEA-BG incluíram: Recrutamento e Seleção da Equipe; Revisão Bibliográfica e Documental; Elaboração de Identidade Visual e de Materiais de Divulgação; Planejamento da Fase 1; além de toda a estruturação administrativa necessária à execução das atividades. Todas as ações foram realizadas como previsto, sendo as metas estabelecidas alcançadas no primeiro ano do PEA-BG (Anexo II).

### **3.2 Etapa 2 – Inserção Comunitária**

Realizada nos meses de julho a novembro de 2019, constituiu-se no processo de “retomada do relacionamento” com os sujeitos prioritários da ação e com possíveis parceiros do Projeto. Foram realizadas Visitas Exploratórias, Articulação Institucional e Mobilização Comunitária nas 19 comunidades pesqueiras (Anexo III), além de Reuniões de Retomada (RR) em 17 das 19 comunidades de abrangência (Anexo IV), pois nas localidades de Cocotá (Rio de Janeiro) e Anil (Magé) não houve quórum para realização dos eventos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Registra-se que foram agendadas as reuniões e realizadas mobilizações para as duas RRs previstas, tanto em Cocotá como em Anil. Nas primeiras tentativas, a equipe apresentou o PEA-BG aos poucos presentes, destacando os objetivos das RR e do Projeto, e esclareceu dúvidas. Os participantes foram sensibilizados a contribuir na mobilização de outros pescadores para as segundas reuniões. Já nas segundas tentativas de RR, após analisar com os presentes possíveis causas da não adesão ao Projeto, a equipe optou por convidar os sujeitos prioritários da ação (incluindo os pescadores presentes) a participarem das ações futuras do PEA-BG nas comunidades mais próximas. Desde então os pescadores de Cocotá têm sido mobilizados a participarem das ações realizadas nas comunidades de Jequiá e/ou Freguesia, e os de Anil, em Olaria. Mais informações ver Anexo III.

### 3.2.1 Visitas Exploratórias, Articulação Institucional e Mobilização Social

As primeiras visitas exploratórias e institucionais foram realizadas pelos técnicos e agentes sociais responsáveis e ocorreram nos meses de julho e agosto de 2019 com os seguintes objetivos: inaugurar o processo de sensibilização, mobilização e comunicação permanente da equipe com os sujeitos da ação; levar informações iniciais sobre o PEA-BG ao público prioritário; identificar e estabelecer articulação com as principais lideranças, instituições e demais envolvidos na cadeia da pesca; levantar informações que pudessem subsidiar a realização da RRs; além de possibilitar um melhor conhecimento de todo território pela equipe executora.

As imersões a campo e atividades de mobilização comunitária detalhadas no Anexo III são ações permanentes e não objetivam apenas convidar o público de interesse para as atividades previstas, mas manter e estreitar o diálogo com os sujeitos prioritários da ação, identificando possíveis demandas e conflitos que possam ser trabalhados nas atividades educativas do Projeto. Conhecer o território e compreender como as comunidades pesqueiras se organizam também é outro foco das visitas.

De setembro a novembro de 2019, as imersões a campo tiveram como objetivo mobilizar os sujeitos de interesse para participarem das Reuniões de Retomadas. Em dezembro, o foco foi manter o relacionamento com as comunidades pesqueiras e mobilizar os membros eleitos para as primeiras reuniões com as Comissões Comunitárias (CC). Em janeiro de 2020, as visitas de campo buscaram mobilizar e convidar os atores da cadeia da pesca para as AFEs 01 (Eixo temático - Senso de Pertencimento), além de indagar e analisar como os pescadores receberam a notícia da sentença judicial relacionada à indenização de pescadores pelo derramamento de óleo ocorrido em 2000, na Baía de Guanabara.

De maneira geral, a metodologia para mobilização das comunidades se baseia no contato direto e pessoal com os pescadores, com as equipes se dirigindo aos locais mais frequentados por eles, pontos de embarque e desembarque, e/ou em suas residências. Neste contexto, destaca-se a importância da atuação do agente social, que conhece bem os locais mais frequentados e sabe onde os pescadores residem. Além do contato direto, a mobilização para as atividades previstas foi feita também por telefone, troca de mensagens, através do apoio das instituições contatadas que se dispuseram a reforçar o convite e também se utilizaram instrumentos (Formulário de cadastro das Instituições; Formulário para Registro dos pescadores, Ficha para Perfil das Comunidades) de caracterização e mobilização (Anexo III). Por fim, os próprios pescadores contribuíram na divulgação, tanto que em algumas

reuniões compareceram pescadores que ainda não haviam sido identificados pela equipe do PEA-BG. Também são afixados cartazes com divulgação das ações nos pontos de maior circulação de pescadores em todas as localidades de abrangência.

No que se refere à identificação de instituições, a equipe pesquisou e selecionou entidades que executam atividades relacionadas à cadeia da pesca, que possuem importante atuação nos territórios e que foram avaliadas como potenciais parceiros do Projeto. No total, foram contatadas e visitadas 32 entidades no período.

Como resultado de todo processo de identificação em campo, desde o início do Projeto até o momento, 934 pescadores foram identificados em toda área de abrangência do PEA-BG (Quadro 2). Destes, 695 (74%) pescadores foram cadastrados pela equipe técnica<sup>2</sup>.

#### Quadro 2. Pescadores identificados x cadastrados pelo PEA-BG por município.

Municípios	Pescadores Identificados	Pescadores Cadastrados	Porcentagem de cadastrados em relação aos identificados
Itaboraí	49	39	80%
Magé	495	383	77%
Niterói	106	77	72%
Rio de Janeiro	284	196	69%
Total	934	695	74%

No caso da mobilização dos pescadores para as diferentes ações do PEA-BG apresentamos o Quadro 3, que mostra dados dos pescadores mobilizados em cada uma das etapas descritas acima e quantos deles participaram das atividades realizadas até o momento.

<sup>2</sup> O cadastro dos pescadores trata-se de um levantamento geral para fins de convites para participação das atividades do Projeto. Nesse contexto, os pescadores estão no direito de optar por realizar ou não o cadastro, sendo mobilizados da mesma forma para as atividades previstas quando encontrados na orla ou locais de embarque e desembarque. Destaca-se que dentre os 26% dos pescadores identificados (porém, não cadastrados), estão aqueles que foram abordados no desembarque ou embarque, ou no momento de comercialização e que solicitaram à equipe para informar os dados pessoais posteriormente, assinando apenas a lista de mobilização com nome e contato.

**Quadro 3. Mobilizações realizadas por atividades do PEA-BG**

Período / Mobilização	Nº de pescadores contatados nas mobilizações <sup>3</sup>	Nº de pescadores que participaram das atividades
Julho – Inserção / Visitas Exploratórias	342	--
Agosto – Continuidade das Visitas Exploratórias	381	--
Setembro a novembro – Mobilização para as RRs	1ª RR – 627	360 (57% dos mobilizados)
	2ª RR – 569	285 (50% dos mobilizados)
Dezembro/19 – Mobilização para reuniões com CC	128 (membros da CC)	99 (77% dos mobilizados)
Dezembro/19 a fevereiro/20 – Mobilização para AFE 1	508	292 (57% dos mobilizados)

As mobilizações ocorridas, além de fomentar o estreitamento do diálogo entre a equipe e os atores da cadeia da pesca, viabilizaram o convite de um número significativo de pescadores para as atividades realizadas, constituindo-se importantes momentos que possibilitaram ampliar o olhar dos técnicos e agentes sobre o território de atuação, confirmando problemas socioambientais citados no Diagnóstico Participativo. Apesar de reconhecerem a necessidade da organização e fortalecimento da categoria, parte dos pescadores solicita ações emergenciais e compensatórias, como indenizações diretas e/ou projetos que viabilizem, de imediato, geração de renda.

### 3.2.2 Reuniões de Retomada (RR)

Componentes fundamentais do processo de territorialização do PEA-BG, as RR ocorreram entre os dias 21 de setembro e 19 de novembro de 2019, 535 pescadores / atores da cadeia da pesca (146 no Rio de Janeiro / 291 em Magé / 59 em Niterói e 39 em Itaboraí) participaram das RRs, totalizando 645 participações quando somados os presentes nas duas reuniões (Anexo IV). Nos encontros, o Projeto foi apresentado às comunidades; o Diagnóstico Participativo (DP) validado pelos pescadores; os temas geradores/prioritários discutidos e elencados; e as Comissões Comunitárias estruturadas, sendo estes os objetivos delimitados

<sup>3</sup> Registra-se que os pescadores foram identificados/cadastrados em sua maioria nos meses de julho (342) e agosto (381). Já que, as visitas exploratórias se constituíram na principal etapa para a identificação e mobilização dos pescadores das 19 comunidades de abrangência do Projeto.

para as RRs. Para garantir que tais processos ocorressem de forma participativa, foram propostas duas reuniões em cada comunidade, com duração média de três horas cada.

Nas RRs foram utilizadas metodologias participativas, alternando apresentações, rodas de conversa com atividades em grupos. Foram executadas sob a responsabilidade da coordenação geral ou da orientação pedagógica do PEA-BG (que alternaram a participação e coordenação apresentando o PEA-BG, o DP e os Eixos Temáticos) em parceria com os técnicos de campo (responsáveis pela execução e validação dos trabalhos em grupos). Aos agentes, além da mobilização, coube a recepção dos sujeitos da ação, o registro fotográfico e todo apoio logístico aos eventos. Foram distribuídas cópias do Caderno de Devolutivas do DP e folder do PEA-BG a todos os presentes.

Avalia-se que os objetivos foram alcançados em 17 das 19 localidades de abrangência. Apenas em Cocotá e Anil não foi possível realizar as RRs por falta de quórum, sendo os pescadores convidados a participarem das atividades nas comunidades vizinhas. Chacrinha e Largo do Sol, comunidades pesqueiras localizadas na Ilha da Conceição, foram agrupadas para as segundas RRs em atendimento à demanda dos próprios pescadores.

Na primeira RR em Cocotá registra-se o comparecimento de representantes do Movimento Pescador com Dignidade (MPD), que convidou pescadores de Duque de Caxias e São Gonçalo para o evento a fim de reivindicar a inclusão de comunidades pesqueiras da Baía de Guanabara não abrangidas pelo Projeto no PEA-BG. Foram prestados esclarecimentos sobre os critérios de supressão de comunidades, delimitados a partir dos resultados e análises do DP realizado entre 2014-2016.

De maneira geral, a proposta metodológica, os objetivos e o foco de atuação do PEA-BG (Linha A) foram referendados pelos presentes, que também validaram a maioria dos problemas, conflitos e potencialidades identificados no DP. Em relação aos temas de maior interesse elencados pelos sujeitos prioritários da ação, destacam-se o Ordenamento Territorial (em função da disputa pela utilização do espelho d'água), a Geração de Trabalho e Renda (expectativa antiga em função dos impactos cumulativos da cadeia de petróleo e gás que vêm causando diminuição da renda proveniente da pesca artesanal na avaliação deles), e direitos relacionados à pesca (todas as comunidades pesqueiras reconhecem a necessidade de potencializar a organização da categoria, com objetivo de fortalecer a cadeia da pesca e a própria pesca artesanal). A seguir, Quadro 4 com o resultado da tabulação, análise e itemização dos temas prioritários elencados pelos pescadores durante as segundas RR por eixos:

**Quadro 4. Temas prioritários por eixos temáticos da Fase 1 do PEA-BG**

<b>Senso de Pertencimento</b>	<b>Ordenamento e Gestão Territorial</b>	<b>Licenciamento Ambiental</b>	<b>Geração de Trabalho e Renda</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Direitos vinculados à atividade pesqueira (valorização e legitimidade);</li> <li>- Pesca Artesanal na Baía de Guanabara (importância, desafios e limitações);</li> <li>- Identidade, tradicionalidade e território (mapeamento participativo);</li> <li>- Valorização da mulher e da juventude na cadeia da pesca artesanal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização e fortalecimento comunitário;</li> <li>- Utilização do espelho d'água na Baía e Gestão dos Recursos Ambientais</li> <li>- Legislação Ambiental / Fiscalização / Atribuições;</li> <li>- Desenvolvimento Institucional (órgãos representativos);</li> <li>- Políticas Públicas e Controle Social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Etapas do LA e a participação da sociedade civil na Gestão Ambiental Pública;</li> <li>- Impactos da cadeia de P&amp;G para a atividade pesqueira;</li> <li>- Condicionantes vinculadas ao LA na cadeia de P&amp;G (incluindo o PEA-BG).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associativismo e Cooperativismo como formas de fortalecer as práticas locais;</li> <li>- Cadeia Produtiva da Pesca na Baía de Guanabara;</li> <li>- Turismo de Base Comunitária (TBC);</li> <li>- Elaboração de Projetos e Captação de Recursos.</li> </ul>

A meta de estruturação das Comissões Comunitárias foi atingida: foram compostas 16 CCs, porem, em Anil e Cocotá não foi possível estruturar a CC pois não tiveram quórum mínimo para realização das RRs. Portanto, estas duas comunidades participarão e contribuirão junto com Olaria e Jequia das ações previstas para a Fase 1 do PEA-BG. As comunidades da Ilha da Conceição (Chacrinha e Largo do Sol) formaram uma única Comissão, posto que a pedido dos próprios pescadores, já na segunda RR ocorreu o agrupamento destas duas comunidades.

Quanto à avaliação pelos sujeitos prioritários da ação, a grande maioria avaliou positivamente as RRs (95% bom, 4,5% satisfatório, 0,5% insatisfatório). Não houve manifestação contrária à organização e/ou realização das reuniões ou em relação ao processo de mobilização. Lideranças historicamente questionadoras como as de Suruí e São Lourenço avaliaram positivamente a inserção do PEA-BG na região.

Para cada localidade foi estruturado um Relatório Analítico das Reuniões de Retomada e Estruturação das Comissões Comunitárias junto como o consolidado de

mobilização e participantes nos eventos educativos já realizados pelo PEA-BG em toda área de influência (Anexo IV).

### 3.3 Etapa 3 – Ações Formativas Estruturantes (AFEs)

Visando validar com os sujeitos da ação a proposta metodológica do PEA-BG de realizar as primeiras quatro AFEs (das 12 propostas por comunidade) abordando os Eixos Temáticos elencados para o Projeto, bem como com o objetivo de apresentar e referendar a metodologia prevista para a Ação Formativa (01) sobre Senso de Pertencimento, realizaram-se as primeiras reuniões com as 16 Comissões Comunitárias entre os dias 09 e 23 de dezembro de 2019, totalizando 128 mobilizados e 99 participantes (Anexo V). Nas reuniões foram trabalhados os seguintes temas: retomada dos principais aspectos do Projeto; função e importância das CC; explicitação dos Eixos Temáticos do PEA-BG; e construção coletiva da AFE 01 - Senso de Pertencimento. Avalia-se que as reuniões com as CC foram positivas, sendo a proposta metodológica do PEA-BG novamente corroborada pelos pescadores integrantes da CC. Tais encontros subsidiaram o planejamento das AFEs 01 de forma adequada e coerente às demandas dos pescadores.

Entre os dias 03 a 27 de fevereiro de 2020, 292 pescadores / atores da cadeia da pesca (132 no Rio de Janeiro / 130 em Magé / 20 em Niterói e 10 em Itaboraí) participaram das 15 AFEs 01 sobre Senso de Pertencimento realizadas<sup>4</sup>. Os principais objetivos desta ação educativa foram: fortalecer a identidade dos trabalhadores da cadeia da pesca artesanal por meio da valorização da memória coletiva do território como estratégia para as lutas que envolvam o uso do espaço comum e construir coletivamente caminhos de reflexão sobre o pertencimento e as histórias dos pescadores artesanais. Buscou-se dar visibilidade à trajetória de cada comunidade pesqueira, bem como ao papel de cada morador / pescador na construção de sua história pessoal e da sua comunidade, refletindo sobre as alterações sofridas pela pesca artesanal ao longo do tempo, demarcando a importância da participação popular na configuração da Baía de Guanabara que se deseja. Em rodas de conversa, os participantes resgataram fotos e registros de lugares, falaram sobre suas memórias individuais e coletivas e teceram suas histórias. Em algumas reuniões, construíram uma Linha do Tempo, em outras,

---

<sup>4</sup>Registra-se que apenas na localidade do Chatão/D.Zenaide, em Niterói, não foi executada a AFE 01 por falta de quórum. Chacrinha e Largo do Sol, também na Ilha da Conceição em Niterói, foram agrupadas e estão participando juntas em uma só atividade. Os comunitários de Cocotá estão participando das atividades em Jequiá (ambas na Ilha do Governador, Rio de Janeiro) e os pescadores de Anil foram convidados para a AFE em Olaria (ambas em Mauá, Magé).

um Painel de Memórias, sempre perpassados por questões que envolviam identidade, território, memórias e os direitos do pescador artesanal.

Em Magé, destaca-se a presença de caranguejeiras, marisqueiras e pescadoras, e suas importantes contribuições para as memórias de luta e valorização da mulher na cadeia da pesca. Em Piedade, além da tradição pesqueira, Feital, que foi reconhecida em 2018 como comunidade quilombola pela Fundação Palmares, trouxe importantes memórias e reflexões sobre as lutas históricas das comunidades tradicionais por reconhecimento e garantia de território e identidade, que possibilitaram trabalhar aspectos relacionados à Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT 169) com os pescadores presentes. As comunidades pesqueiras de Suruí, Mauá, Canal e Barbuda referendaram a tradicionalidade e a importância da pesca artesanal para história, cultura, identidade e economia de Magé.

Registra-se, também, a participação significativa de crianças e jovens, sobretudo nas reuniões de Mauá, Coroa de São Lourenço, Piedade e São Francisco do Croará, todas em Magé. Alguns relatos mostram que, mesmo com o discurso de que “não tem uma nova geração na pesca”, ainda há jovens interessados nesta arte, o que reforça a importância de que as memórias coletivas, experiências e técnicas de pesca continuem sendo transmitidas entre as gerações.

Nas comunidades da Ilha do Governador, a construção da Linha do Tempo viabilizou importantes resgates sobre marcos históricos e direitos conquistados coletivamente. Em Jequiá, foi necessário realizar uma segunda AFE para o resgate das memórias relacionadas à pesca na localidade (que sedia a primeira Colônia de Pescadores do Brasil), devido à presença do Movimento Pescador com Dignidade (MPD) na primeira reunião, que inviabilizou a execução da atividade como planejado. Registra-se que o MPD esteve presente também nas AFEs na Ilha da Conceição, reivindicando a inclusão de comunidades pesqueiras de Duque de Caxias e São Gonçalo, e outras do Rio de Janeiro não contempladas, no PEA-BG.

Em Niterói, a AFE realizada em Chacrinha / Largo do Sol contou com a presença de instituições com importante atuação na área da pesca e trataram do pertencimento e identidade sob o viés do direito e da organização coletiva da categoria. Apesar da necessidade de adequação metodológica devido à presença do MPD no início do evento, após a saída dos membros do Movimento da reunião, a AFE foi realizada com os pescadores da localidade presentes.

Em Itambi, além da discussão sobre os direitos do pescador, as reflexões realizadas contribuíram para o resgate das memórias e tradições pesqueiras da localidade.

Em geral, a maioria avaliou positivamente as AFEs 01, referendando a importância das temáticas abordadas (memória, identidade, direitos e território) e a metodologia participativa. Para melhor análise sobre a percepção dos sujeitos prioritários com relação às primeiras Ações Formativas, a equipe dividiu as avaliações dos participantes em três quesitos. No processo educativo, 82% dos participantes avaliaram o encontro como satisfatório; 15% como regular e 3% como insatisfatório. No conteúdo/contribuições, 80% avaliaram como satisfatório; 18% como regular e 1% como insatisfatório. Por fim, no quesito participação/envolvimento, 77% avaliaram como satisfatório, 18 % como regular e 5% como insatisfatório (Anexo V).

Na avaliação da equipe, as primeiras Ações Formativas contribuíram para consolidar o PEA-BG como um espaço para troca de conhecimentos e experiências através do diálogo, da participação e do entrosamento entre os sujeitos prioritários e a equipe executora. A escolha do tema Senso de Pertencimento para ser o primeiro a ser trabalhado nas comunidades proporcionou a imediata identificação com o território em que vivem e com o trabalho na pesca artesanal, contribuindo para que os participantes assumissem o protagonismo na fala e nas atividades propostas. Desta forma, além de cumprir os objetivos estabelecidos para o tema, a AFE foi importante para evidenciar aos sujeitos prioritários como as atividades do PEA-BG serão desenvolvidas: seguindo metodologias participativas que possibilitem às comunidades pesqueiras serem protagonistas das ações.

### **3.4 Etapa 7- Formação Permanente da Equipe**

O processo de formação da equipe do PEA-BG é contínuo e tem sido realizado com objetivo de garantir o alinhamento teórico-metodológico necessário para uma atuação coerente com a legislação vigente e as normativas do órgão fiscalizador, ou seja, com as premissas da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública. Além das atividades previstas no Plano de Trabalho, realizadas satisfatoriamente, a consultoria tem possibilitado outras formas de qualificação para a equipe que têm contribuído para uma compreensão mais crítica do escopo de trabalho e/ou da realidade da pesca na Baía de Guanabara. Intercâmbios com o Projeto de Educação Ambiental Pescarte (PEA-Pescarte), o Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) e o Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades da Área de Influência do Projeto Manati (PIPP-Manati), também colaboram para o aprimoramento da equipe.

No período do presente Relatório Anual, a equipe participou dos seguintes eventos de formação: Oficinas de Alinhamento Conceitual e de Preparação para o Campo; três Oficinas de Formação Permanente da Equipe; I Encontro de Integração com o PIPP Manati; além de 23 eventos afins ao PEA-BG (Anexo VI).

### **3.4.1 Oficina de Alinhamento Conceitual**

Realizada nos dias 20 e 21 de maio de 2019, na Secretaria de Educação de Magé, com duração de 16 horas, contou com a participação dos 23 colaboradores da consultoria, além de representantes da Petrobras, do Ibama, do NEA-BC e do PEA-Pescarte. Executada sob a responsabilidade da coordenação geral e da orientação pedagógica, pautou-se em exposições dialogadas e dinâmicas participativas para trabalhar os conteúdos. Apesar da pertinência dos temas propostos, não foi possível seu aprofundamento no tempo previsto, sendo necessária a reprogramação da Oficina.

No primeiro dia, as atividades foram direcionadas para reflexões sobre o PEA-BG no processo de licenciamento ambiental (LA), com foco na apresentação das competências dos atores envolvidos e no detalhamento do Plano de Trabalho. Ao final da programação para o dia, em virtude de não terem sido aprofundados aspectos importantes do processo de LA e da gestão ambiental pública, a orientação pedagógica do PEA-BG propôs uma readequação de conteúdo e didática.

No segundo dia, a atividade foi iniciada com a retomada de alguns aspectos relacionados ao PEA no LA, com foco em temas como mitigação, gestão ambiental pública, gestão compartilhada, condicionantes ambientais, educação ambiental crítica, dentre outros. Também foi reapresentada a perspectiva de atuação do PEA-BG a partir das considerações realizadas pelo Ibama no primeiro dia do alinhamento, que destacou a importância de ter como fio condutor a organização e o fortalecimento comunitário como condições para que os sujeitos prioritários possam ter atuação mais efetiva na gestão dos territórios onde vivem e trabalham. Por meio de uma dinâmica construída com objetos trazidos pelos presentes e que representavam sua relação com a pesca artesanal e/ou com a educação ambiental, todos foram convidados a refletir sobre os conceitos de EA Crítica e Gestão Ambiental Pública.

Encerrando as atividades formativas do Alinhamento, representantes do NEA-BC e do PEA-Pescarte trouxeram importantes aspectos da execução de seus respectivos projetos,

pontuando objetivos, perspectivas teórico-metodológicas que subsidiam os trabalhos, além de algumas dificuldades e desafios já enfrentados.

Numa avaliação geral, concluiu-se que o Alinhamento teve êxito em apresentar, debater e provocar reflexões sobre questões que envolvem diretamente o desenvolvimento do PEA-BG, explicitando os desafios que a equipe executora tem adiante. A troca de saberes e fazeres com os convidados foi proveitosa, pois contribuiu para ampliar os conhecimentos da equipe acerca de experiências exitosas de educação ambiental na perspectiva crítica e transformadora. Possibilitou, também, uma melhor compreensão de aspectos pontuados pela equipe do Ibama ao longo de todo o alinhamento, como a necessidade de definição do “local e configuração” que os projetos de Geração de Trabalho e Renda assumirão no PEA-BG.

Devido à necessidade de aprofundamento de saberes pela equipe executora, no mês de junho de 2019, por meio de formações internas, foram aprofundadas questões sobre a EA Crítica e sua historicidade, compreendendo-a como parte da gestão ambiental pública, vinculada e constituída na sua relação com os processos de LA, que por sua vez se correlacionam a marcos legais que constituem a construção da Política Nacional de Meio Ambiente.

### **3.4.2 Oficina de Preparação para o Campo**

Nos dias 02 e 03 de julho de 2019, no auditório da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), em Niterói, ocorreu a Oficina de Preparação para o Campo, com duração de 16 horas. Além de toda a equipe executora do PEA-BG, estiveram presentes representantes da Petrobras e do Ibama.

Por meio de metodologias participativas (Árvore de Palavras, Localização Geográfica, Comunicar em Ação, Roda de Conversa e Sistematização Coletiva em Painéis e Documentos orientadores) foram trabalhados o Plano de Trabalho do PEA-BG e as possibilidades de intervenção do Projeto, visando a apropriação pela equipe dos objetivos propostos e a correlação das atividades e etapas previstas com os problemas/conflitos identificados no DP e vividos no território; bem como aspectos relacionados à mobilização comunitária, destacando possíveis desafios encontrados em campo durante a mobilização dos sujeitos prioritários, refletindo sobre estratégias adequadas de comunicação e abordagem do público de interesse.

Durante as plenárias para exposição dos resultados dos trabalhos em grupos, representantes da Petrobras e/ou do Ibama trouxeram importantes contribuições para o

delineamento do discurso e da postura que se espera da equipe do PEA-BG durante os processos de mobilização comunitária.

Como resultado desta Oficina, foram construídos coletivamente instrumentos tais como: Formulário para Cadastro das Instituições; Formulário para Registro dos pescadores, Ficha para Caracterização do Perfil das Comunidades e Protocolo Simplificado de Mobilização Social, utilizados nos processos de mobilização, bem como nivelado o discurso para o início do trabalho em campo. Ao término da Oficina, além da integração entre a equipe, ficou perceptível um maior nível de conhecimento/confiança de todos em relação ao PEA-BG, em especial dos agentes sociais, fator essencial para o desenvolvimento adequado da Inserção Comunitária.

### **3.4.3 I Encontro de Integração PIPP Manati – Socializando Boas Práticas**

Visando complementar o processo de formação da equipe, o I Encontro de integração ocorreu nos dias 30 e 31 de julho de 2019, no Hotel Solar do Amanhecer, em Niterói, com duração de 16 horas. Foi coordenado pela equipe do PIPP Manati, com duração de 16 horas. O evento fez parte de formação adicional, não prevista no Plano de Trabalho do PEA-BG, e foi importante por trazer a experiência daquele projeto e da sua equipe em educação popular e educação ambiental de base comunitária.

Além da construção coletiva de saberes sobre o universo pesqueiro e metodologias participativas, foram realizadas importantes reflexões sobre os desafios que envolvem a concretização de projetos que adotam a Educação Ambiental Crítica como base para sua atuação. Avaliada positivamente por todas equipes participantes, constituiu-se em importante espaço de troca de experiências, construção de conhecimentos e reflexões sobre o papel das condicionantes de mitigação e compensação nos processos de licenciamento ambiental para o fortalecimento das comunidades atendidas.

Especificidades e vivências de algumas metodologias participativas, aspectos relacionados ao ordenamento pesqueiro e à legislação ambiental também foram abordados, contribuindo para o amadurecimento teórico-metodológico da equipe. As experiências compartilhadas pelo PIPP Manati também levaram a análises mais críticas em relação às possibilidades de intervenção do PEA-BG na Fase 1 do Projeto, tanto em relação aos projetos de geração de trabalho e renda quanto à participação qualificada dos sujeitos da ação na gestão ambiental pública: apesar de fomentado pelo PEA-BG desde o início, os resultados desse processo educativo (e emancipatório) devem se concretizar após a realização de várias

atividades educativas e somente por meio do envolvimento de diferentes atores que atuam no contexto da pesca. Tal compreensão foi importante para nivelar expectativas da equipe, mas também para direcionar o planejamento das ações futuras.

#### **3.4.4 Oficinas de Formação Permanente da Equipe**

O Plano de Trabalho do PEA-BG prevê 13 Oficinas de Formação Permanente com periodicidade trimestral. Porém, visando garantir a aplicabilidade dos conteúdos trabalhados em campo, os encontros têm sido realizados bimestralmente, com objetivo de qualificar teórica e metodologicamente a equipe para a realização adequada das atividades previstas. As três formações realizadas (Anexo VI) foram planejadas e coordenadas pela orientadora pedagógica do PEA-BG e contaram com a participação de especialistas nas temáticas abordadas.

A 1ª Oficina de Formação Permanente teve como temas “Educação Popular e Educação Ambiental Crítica” e aconteceu no dia 16 de agosto de 2019 em Niterói, com 8 horas de duração e participação de 22 membros do Projeto, além de representantes da Petrobras. A atividade contou com a presença de um convidado especialista Marcus Machado Gomes (biólogo e sociólogo) e teve como principal objetivo contribuir para a formação dos profissionais do PEA-BG para que eles possam desenvolver processos educativos e participativos na perspectiva da educação crítica e popular junto aos grupos sociais delimitados como prioritários no Projeto.

A Oficina foi dividida em dois momentos: de manhã, troca de aprendizados sobre a Inserção Comunitária e sistematização coletiva; à tarde, reflexões sobre a Educação Ambiental Crítica à luz das informações trazidas do campo e dos desafios vislumbrados, a partir de metodologias dialógicas participativas. Foram construídos dois painéis sistematizando as reflexões realizadas, visando subsidiar a realização das RRs.

Resumidamente, a 1ª Oficina de Formação da Equipe proporcionou aprendizados e reflexões sobre: a) Formação dos profissionais do PEA-BG de forma que estes possam desenvolver processos educativos e participativos junto aos grupos sociais delimitados como prioritários no Projeto; b) Experiências acerca das situações e realidades locais colhidas na etapa da Inserção Comunitária – campo dialógico, participativo, democrático; c) Educação Popular e a Educação Crítica no âmbito do PEA-BG; d) Os caminhos metodológicos para as Reuniões de Retomada e Ações Formativas Estruturantes; e) A importância da valorização dos saberes tradicionais, dos sujeitos da ação, dos pescadores e de sua comunidade, de seus

saberes e direitos, atuando no sentido pedagógico crítico de diálogo, construindo uma frente comum diante das opressões sentidas e conflitos vividos.

Aos 29 dias de novembro de 2019, ocorreu em Magé a 2ª Oficina de Formação Permanente, sobre o tema “O PEA-BG como condicionante do Licenciamento Ambiental”. Com duração de 8 horas, reuniu 20 colaboradores do Projeto, além de representantes da Petrobras e do grupo GEA-Sur/UNIRIO, que mediarão algumas atividades do encontro.

As atividades tiveram início com uma breve contextualização do LA no Brasil por meio de exposição dialogada, apresentação de vídeo sobre a temática e compartilhamento de documentos do licenciamento – EIA RIMA, da 2ª e 3ª etapa do Pré-sal - Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás (P&G) da Petrobras na Bacia de Santos. Por meio de metodologias participativas, foram trabalhadas com os presentes algumas condicionantes relacionadas ao processo de licenciamento dos empreendimentos marítimos da companhia na Bacia de Santos, possibilitando importantes reflexões sobre as medidas de mitigação e/ou compensação previstas, inclusive o PEA-BG, destacando a importância da participação popular nos processos de LA.

Dando continuidade, os representantes do GEA-Sur aprofundaram questões referentes ao histórico, às etapas e, sobretudo, aos desafios e limites do LA no Brasil. Apresentaram importantes aspectos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), fomentando reflexões sobre as macro-tendências da Educação Ambiental: Conservacionista / Pragmática / Crítica. O Licenciamento Ambiental foi apresentado como parte do processo de redemocratização e de conquista de direitos da população brasileira, contextualizando o debate nas realidades da pesca na região. Para sistematização das discussões, os participantes foram convidados a estruturar, em grupos, um Mapa da Baía de Guanabara utilizando a metodologia FOFA.

Avalia-se que o objetivo de contribuir para ampliação e aprofundamento da formação dos profissionais do PEA-BG na temática Educação Ambiental e LA no contexto dos empreendimentos de petróleo e gás foi alcançado, posto que as dinâmicas utilizadas possibilitaram, além da participação efetiva dos presentes, melhor compreensão de todo processo político-histórico que levou à estruturação do LA (e neste contexto do próprio PEA-BG) como componente de uma política pública participativa em constante transformação.

Já a 3ª Oficina de Formação Permanente da Equipe Executora teve uma duração maior, sendo dividida em duas etapas: Visita Guiada de barco à Baía de Guanabara (21.01.20 - 7 horas) e Encontros Presenciais da Equipe (27.01 e 04.02.20 – 14 horas). Teve como tema

A Pesca Artesanal na Baía de Guanabara, com o objetivo de trabalhar aspectos relacionados ao Eixo Senso de Pertencimento (território, identidade e direitos) e preparar a equipe para a execução das primeiras AFEs. Contou com a participação de toda equipe do PEA-BG, além de representantes da Petrobras e técnicos da Fiperj, que mediaram algumas atividades da formação presencial.

A Visita Guiada de barco “Um olhar de dentro da Baía” percorreu todas as comunidades de abrangência do PEA-BG e foi precedida de estudos bibliográficos que visaram subsidiar uma análise mais crítica da equipe no momento da visita. Em todo o percurso, foi possível perceber e refletir sobre situações de conflitos relatados pelos pescadores artesanais e estudiosos da Baía de Guanabara como: perda de espaço de pesca; aumento do tráfego de embarcações; poluição da Baía; crescimento *offshore* em toda a zona costeira portuária; desapropriações das comunidades de antigos espaços de pesca; crescimento desordenado na região; dentre outros.

Os dois encontros presenciais da segunda etapa também foram marcados por debates, construções coletivas e análises sobre o cenário da pesca na Baía de Guanabara, processo realizado por meio de diferentes metodologias participativas: troca de experiências e perspectivas e estruturação do Painel – Cenários da Pesca Artesanal na Baía de Guanabara – Território, Identidade e Pertencimento; exposições dialogadas e rodas de conversa sobre os direitos dos pescadores artesanais correlacionados ao território, identidade e historicidade da pesca na Baía de Guanabara; e dinâmicas para integração da equipe.

A Oficina possibilitou à equipe compreender melhor o contexto cultural, o modo de viver e as práticas de pesca na Baía de Guanabara, fator fundamental para o fortalecimento do senso de pertencimento das comunidades pesqueiras como estratégia para fomentar o engajamento da categoria na luta por seus direitos. A formação destacou também o PEA-BG como medida de mitigação, integrante de um conjunto de políticas públicas, perpassado pela defesa do meio ambiente equilibrado e da garantia do controle social na gestão ambiental pública.

### **3.5 Etapa 8 - Consolidação e Divulgação das Informações**

Etapa transversal do PEA-BG que implica na sistematização, estruturação, consolidação e divulgação de todas atividades realizadas. Além da criação da Identidade Visual do Projeto, no período do presente Relatório Anual, a equipe estruturou algumas peças de comunicação utilizadas tanto para mobilização das comunidades quanto para apresentar o

PEA-BG. São elas: cartaz e convite padrão para mobilização de todas as atividades do PEA-BG; folder padrão para divulgação do Projeto; e Caderno de Devolutiva (distribuído para todos os participantes das RRs) no qual constam os principais resultados do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio-BG (Anexo VII). Para além das peças de comunicação citadas, a equipe estruturou apresentações para divulgação do PEA-BG em eventos próprios (RRs e AFEs) ou externos (Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, Evento de Integração do PCS/BS e I Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás), estruturadas de acordo com os diferentes públicos de interesse e finalidades (Anexo VII).

#### **4. Análise Sucinta do Desenvolvimento do PEA-BG**

##### **4.1 Resultados alcançados**

As atividades descritas no presente Relatório possibilitam verificar que as ações propostas estão sendo executadas satisfatoriamente e que as metas estabelecidas até o presente momento foram, em sua maioria, alcançadas (Anexo II).

Analisando a execução da Etapa I de maneira geral, verifica-se que as metas foram atingidas, sendo o processo de Planejamento e Estruturação do PEA-BG realizado de forma coerente com as diretrizes teórico-metodológicas da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública. A estruturação do PEA-BG partiu de uma contextualização histórica da territorialidade, considerando as dimensões socioambientais, econômicas, culturais e políticas da pesca artesanal na região.

A Inserção Comunitária nas 19 comunidades pesqueiras de abrangência do PEA-BG também foi realizada de forma satisfatória, pois possibilitou à equipe: estabelecer diálogo com o público do Projeto; conhecer melhor o território e a realidade da pesca artesanal na região; identificar lideranças e instituições atuantes na Baía de Guanabara; bem como alcançou as metas estabelecidas de planejamento e de participação para as primeiras Reuniões de Retomada, reuniões com as Comissões Comunitárias e AFEs 01. Os pescadores de todas as comunidades receberam bem as equipes do PEA-BG, referendando ser a organização das comunidades pesqueiras uma demanda urgente, sobretudo diante dos impactos cumulativos que a pesca artesanal tem sofrido há décadas na Baía de Guanabara. Durante toda Inserção Comunitária, a equipe procurou destacar a importância da adesão ao PEA-BG, uma vez que esse se constituirá num processo educativo para se repensar os problemas enfrentados

atualmente pela cadeia da pesca em toda a Baía de Guanabara, mas, sobretudo, em espaço de busca coletiva de estratégias para superação dos desafios identificados.

As RRs possibilitaram aprofundar o diálogo iniciado com o público de interesse durante as visitas exploratórias e mobilizações iniciais, constituindo-se importantes espaços de reflexão sobre os problemas e conflitos socioambientais relacionados à pesca artesanal na Baía de Guanabara. Por outro lado, fomentaram discussões sobre as potencialidades nos territórios, confirmando uma das conclusões do DP de que a potencialidade mais significativa da região está exatamente na tradicionalidade da pesca, que resiste e reconhece a necessidade de se fortalecer para lutar por seus direitos.

Em relação às Ações Formativas Estruturantes, referenda-se a importância desses espaços educativos processuais que perpassarão toda a execução da Fase 1 do PEA-BG. A partir da execução das AFEs sobre Senso de Pertencimento, e demais atividades realizadas em campo, foi possível verificar quão necessárias se fazem ações que contribuam para o fortalecimento da categoria e das entidades representativas locais, que se encontram não apenas desarticuladas e fragilizadas em sua maioria, mas em parte descrentes das possibilidades de controle social e participação popular.

Ao trabalhar identidade, território e pertencimento sob o viés dos direitos dos pescadores, verificou-se que a maioria desconhece a legislação referente à pesca artesanal. Destaca-se, também, que a legislação brasileira não contempla várias especificidades da pesca em baías, e tal fato, somado aos impactos cumulativos e difusos ocorridos na Baía de Guanabara que a tornam um contexto perpassado por conflitos e injustiças sociais históricas, referenda a necessidade de se construir uma proposta de ordenamento pesqueiro garantindo a participação de todos os atores da cadeia produtiva, sobretudo pescadores artesanais. Estudos demonstram e depoimentos dos pescadores referendam que é sim possível viver da pesca na Baía de Guanabara, mas, para isso, se faz urgente demarcar qual lugar a pesca artesanal ocupa nesse contexto. E esta demarcação tem que acontecer com e pelos pescadores, sendo o PEA-BG mais um espaço que pode contribuir para a legitimidade da categoria.

Para atuar num contexto tão complexo, faz-se necessário uma equipe com rigoroso domínio teórico-metodológico, objetivo percorrido pela equipe PEA-BG desde o início das atividades. Apesar da necessidade ainda presente de aprofundamento dos temas e aperfeiçoamento, nota-se uma melhor apropriação por parte da equipe do Projeto, de conceitos teórico-metodológicos e práticos relativos à Educação Ambiental crítica, ao Licenciamento Ambiental, à Gestão Ambiental Pública, ao Ordenamento Pesqueiro e à Pesca

na Baía de Guanabara a partir das ações formativas e aquisição de habilidades necessárias à intervenção em campo.

Em relação às demais atividades transversais do Projeto, destaca-se o esforço da equipe para garantir a devida sistematização de todas as informações coletadas em campo, bem como o processo que vem sendo realizado de estruturação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PEA-BG, que tem possibilitado à equipe compreender melhor a dimensão e os objetivos do Projeto a médio e longo prazos.

Portanto, de maneira objetiva, no período foi possível alcançar os seguintes resultados: estruturação administrativa e organizacional do PEA-BG; retomada do relacionamento com o público de interesse; conhecimento e compreensão do território de atuação com identificação dos principais problemas e conflitos socioambientais relacionados à pesca na Baía de Guanabara; estabelecimento de parcerias e início da articulação institucional necessária à execução do Projeto; apresentação do PEA-BG às comunidades e validação do DP; estruturação de ações permanentes de formação da equipe executora; início do processo educativo com os sujeitos prioritários (RRs e AFEs 01) com formação das Comissões Comunitárias; estruturação inicial e acompanhamento de indicadores e metas para aferir os resultados do Projeto – Matriz Lógica do PEA-BG; sistematização e registro de todas as atividades realizadas no primeiro ano do Projeto.

## 5. Limitações, dificuldades e pontos de melhorias

**Necessidade de adequações nos prazos e produtos:** o aprofundamento do alinhamento conceitual e metodológico da equipe executora postergou o início da Inserção Comunitária; e a execução de duas Reuniões de Retomada por localidade inviabilizou sua realização em um mês como previsto inicialmente. Após as RRs, foram propostas adequações visando acertar o cronograma. A alteração se refere à realização mensal das quatro primeiras AFEs, enquanto a proposta inicial previa a execução bimestral das mesmas. Assim, em fevereiro foram realizadas as AFEs 01 (Senso de Pertencimento) e em março tiveram início as AFEs 02 (Licenciamento Ambiental). Entretanto, as atividades programadas tiveram que ser temporariamente suspensas em virtude da pandemia do coronavírus. Este acontecimento certamente causará outros impactos ao cronograma, uma vez que a maioria das atividades do Projeto demanda incursões ao campo e reuniões. Ressalta-se que, para garantir a exequibilidade do Projeto neste período, foi elaborado um Plano de Ação e encaminhado ao Ibama, prevendo ações que podem ser realizadas à distância, como comunicação permanente

com os pescadores e com as Comissões Comunitárias e formação continuada da equipe de forma virtual.

**Questionamentos sobre o DP e a abrangência do PEA-BG:** durante a validação do DP nas RRs, alguns pescadores questionaram a baixa participação de seus pares e a seleção das comunidades para o estudo. Muitos participantes afirmaram não terem sido contatados na época do DP e questionaram os critérios utilizados para afirmar que algumas localidades apresentaram resistência ao Projeto. O critério de violência urbana também não é considerado legítimo para exclusão de comunidades, exatamente por avaliarem que estas são as comunidades que mais precisam do Projeto. A partir das Reuniões de Retomada, a supressão de algumas comunidades pesqueiras da área de abrangência do PEA-BG passou a ser mais questionada. O Movimento Pescador com Dignidade chegou a inviabilizar a realização das AFEs em Jequiá (Rio de Janeiro) e Chacrinha / Largo do Sol (Niterói). Entidades representativas atuantes na região também não concordam com a supressão de importantes comunidades pesqueiras localizadas nos municípios de Duque de Caxias e São Gonçalo, além de Ramos e Caju, no Rio de Janeiro.

**Necessidade de agrupamento de comunidades: Cocotá (Rio de Janeiro), Anil (Magé) e Chatão / Chacrinha / Largo do Sol (Niterói):** acredita-se que a não aderência ao PEA-BG pelas comunidades de Cocotá e Anil se deve, principalmente, à baixa organização social, bem como à inexistência de um local de referência para a pesca nessas localidades. Entende-se que as comunidades se materializam em “lugares”, como associações, colônias, portos ou espaços que possibilitam encontros e vivências. Na ausência destes lugares há vínculos frágeis de coletividade. Neste sentido, mesmo o DP tendo apontado Cocotá e Anil como comunidades tradicionais pesqueiras na Baía de Guanabara, ambas não se configuraram como coletividades para sediar atividades do PEA-BG isoladamente. Assim, optou-se por agrupá-las a comunidades vizinhas: Cocotá/Jequiá (Rio de Janeiro) e Anil/Olaria (Magé). Já em Niterói, a necessidade do agrupamento surgiu em duas etapas: Chacrinha e Largo do Sol foram agrupadas logo após as primeiras RR, em virtude da baixa participação dos sujeitos prioritários nos eventos e, como já citado, por demanda dos próprios pescadores. E durante a AFE 01, o núcleo já agrupado Chacrinha/Largo do Sol cogitou a possibilidade de incluir também a comunidade do Chatão nesse processo. Registra-se que a viabilidade e aceitação da proposta seria discutida com os pescadores do Chatão durante a AFE 01, porém, não houve quórum. A baixa participação de pescadores em todas as comunidades de Niterói talvez corrobore para o agrupamento das três comunidades da Ilha da Conceição em um único

núcleo, defesa presente no discurso da maioria dos pescadores da região, que deseja a união e afirma não haver separação de comunidades pesqueiras na Ilha. Conflui, também, com as considerações de lideranças e importantes instituições representativas locais que afirmam, ao contrário do estabelecido no DP do PEA-BG, que a divisão das comunidades da Ilha da Conceição não contribui para a mobilização dos pescadores artesanais, nem para a organização e o fortalecimento da categoria.

**Demanda por resultados em curto prazo na geração de renda:** um dos principais argumentos do público de interesse para justificar a não adesão das comunidades ao PEA-BG é o formato do Projeto. Segundo eles, a classe pesqueira está “cansada” de esperar e necessita de um projeto que efetivamente melhore a renda dos profissionais da pesca, com resultados em curto prazo. Os sujeitos prioritários que participam com mais frequência das atividades afirmam que compreendem a importância do fortalecimento da organização comunitária para a obtenção de resultados futuros. Assim, o desafio é fazer com que este entendimento seja disseminado pelos territórios e influencie positivamente a participação de mais profissionais da cadeia da pesca no Projeto.

**Indenização dos pescadores relacionada ao derramamento de óleo de 2000:** A equipe do PEA-BG pôde verificar em campo o descontentamento por parte da classe pesqueira frente a conclusão da ação indenizatória referente ao derramamento de óleo de 2000, questionando diversos pontos (valor estipulado para indenização, não inclusão de alguns pescadores na lista de beneficiados, entre outros) do processo. Apesar da apresentação do resumo do processo e da lista oficial de pescadores em posse da FEPERJ, por representantes da Petrobras, percebe-se o desgaste da categoria para com as empresas de óleo e gás.

**Sazonalidades e outros fatores que dificultam a mobilização:** alguns fatores relacionados ao cotidiano da pesca dificultam a mobilização e a própria participação do público de interesse nas atividades, como a boa safra do camarão e o início do defeso (caranguejo e camarão). Nestes casos, os pescadores passam mais tempo no mar e não deixam de pescar para participar das atividades. A ocorrência de chuvas também interfere, tanto na mobilização quanto na presença dos sujeitos prioritários nas atividades. Destaca-se, também, o fato de muitos pescadores realizarem outras atividades para geração de renda complementar, fator que corrobora para uma adesão às atividades formativas inferior à desejada. Durante os processos de mobilização social, a equipe sempre verifica com os pescadores quais seriam os melhores dias, horários e locais para realização das atividades do PEA-BG, da mesma forma,

vai se reforçar as visitas da equipe aos locais e idas às residências em horários diversos, intensificando os contatos via telefônica em dias alternados.

## 6. Execução Físico-Financeira

Para detalhes sobre a execução do cronograma de atividades e da execução Físico-financeiro do PEA-BG ver anexo VIII.

## 7. Considerações Finais

Como já demonstrado no presente Relatório, o processo de implantação do PEA-BG tem ocorrido de forma satisfatória, tendo sido as Etapas 1, 2, 3, 7 e 8 executadas com avaliações positivas por parte dos sujeitos da ação, da equipe executora e da Petrobras. Apesar da dificuldade de mobilização encontrada em algumas localidades devido aos fatores expostos no item acima, de maneira geral, a adesão às Reuniões de Retomada, às Comissões Comunitárias e às primeiras AFEs foi satisfatória. Apesar de parte da categoria pesqueira questionar a formatação do PEA-BG (por esperar medidas mais diretas e imediatas), a maioria confirma a necessidade de um projeto que objetive contribuir para o fortalecimento comunitário e institucional da categoria na Baía de Guanabara, fomentando uma participação mais efetiva e qualitativa nos processos de gestão do território onde vivem e trabalham. A maioria também demonstrou interesse pelos processos educativos e seus possíveis resultados durante a realização das primeiras ações formativas.

Quanto ao cumprimento dos objetivos do PEA-BG, neste primeiro ano de execução, parte significativa das atividades se concentrou na estruturação do Projeto e/ou na capacitação da equipe, começando as atividades coletivas de campo junto às comunidades em setembro de 2019, com as RRs. Destaca-se, também, que foram realizadas as primeiras ações educativas (AFEs 01) em fevereiro de 2020, portanto, os processos que contribuirão para o fortalecimento da categoria ainda estão sendo iniciados, em fase de estruturação, não sendo possível, ainda, mensurar resultados concretos de organização popular e comunitária na região.

No entanto, já foi possível confirmar quão necessários são os processos educativos emancipadores voltados à classe pesqueira da Baía de Guanabara, historicamente alijada das decisões relacionadas tanto aos processos de Licenciamento Ambiental, como à gestão de seus locais de vida e trabalho. Apesar de apenas iniciadas, as ações educativas realizadas pelo PEA-BG procuraram fortalecer a importância, a participação e o protagonismo da categoria

na gestão ambiental pública, destacando o PEA-BG como um espaço importante de construção coletiva de alternativas para superação das históricas injustiças socioambientais.

Em relação aos objetivos que se correlacionam à valorização da pesca e sua perpetuação, destaca-se a participação das mulheres, bem como das crianças e adolescentes em várias atividades do PEA-BG, sobretudo em Magé. Tais segmentos têm demonstrado interesse pelas atividades do Projeto, reconhecendo-se como integrantes da cadeia da pesca na Baía de Guanabara. Destaca-se que a equipe procura pensar as atividades de forma a legitimar os saberes locais e a equidade de gênero, além de fomentar o protagonismo social dos sujeitos nos processos de transformação, superação das dificuldades enfrentadas. A garantia da participação dos sujeitos prioritários da ação em todas as etapas do PEA-BG também tem sido concretizada, com destaque para a atuação dos agentes sociais e das Comissões Comunitárias no planejamento das ações realizadas até o momento.

Conclui-se o presente Relatório Anual destacando que, diante da necessidade de isolamento social, fez-se necessária a implantação de formas alternativas de comunicação com as comunidades pesqueiras da área de abrangência. Além de manter os pescadores mobilizados em relação ao PEA-BG, o objetivo é orientá-los no reforço à conscientização e difusão dos cuidados básicos para evitar o contágio da Covid-19. Pensar formas coletivas de enfrentamento dos impactos da pandemia para a categoria, inclusive informando os pescadores e instituições sobre benefícios ou políticas públicas que possam ser acessadas, foram iniciativas incorporadas pela equipe PEA-BG.

## 8. Responsáveis pelo Projeto

### 8.1 Equipe coordenadora da execução e responsável por este relatório

NOME	ÁREA PROFISSIONAL	CONSELHO REGIONAL	CADASTRO IBAMA	ASSINATURA
Alex Archer Marques Gomes	Geógrafo	CREA-RJ 2009789113	6094204	
Edna Márcia Leite Nunes	Secretária Executiva		NA	
Gina Alejandra Huerfano Aguilar	Bióloga			

## 8.2. Responsável pela execução do Projeto

NOME	ÁREA PROFISSIONAL	CONSELHO REGIONAL	CADASTRO IBAMA	ASSINATURA
Luciana Lemos Antunes de Moura	Assistente social	CRESS 5610	6641925	

## 9. Anexos

Anexo I – Planilha de Atividades 2019-2020

Anexo II – Etapa 1. Estruturação e Planejamento

Anexo III – Etapa 2. Inserção e Mobilização comunitária

Anexo IV – Etapa 2. Reuniões de Retomadas

Anexo V – Etapa 3. Ações Formativas Estruturantes

Anexo VI – Etapa 7. Formação Permanente da Equipe

Anexo VII – Etapa 8. Consolidação e Divulgação de Resultados

Anexo VIII – Execução Físico-Financeiro